

A Base Nacional Comum Curricular: das políticas de currículo ao PNLD

*Ravena Hernandes (UNEB)**

<https://orcid.org/0009-0002-6879-4153>

*Valquíria Claudete Machado Borba (UNEB)***

<https://orcid.org/0000-0002-1855-439X>

Resumo:

Após a homologação da BNCC, o sistema de ensino passou por inúmeras transformações, principalmente na atualização, no alinhamento e na transposição didática nos livros didáticos. Contudo, a elaboração e a implementação das diretrizes que o documento traz têm sofrido várias críticas. A partir do reconhecimento da importância da BNCC, independente de posicionamento, e considerando fundamental que essa discussão seja ampliada, propomos neste artigo fazer uma breve retrospectiva da sua concepção e implementação, articulação com as políticas de currículo assim como apontar reflexos no planejamento do livro didático.

Palavras-chave: BNCC; Políticas de currículo; PNLD.

Abstract:

The National Common Curricular Base: from curriculum policies to the PNLD

After the approval of the BNCC, the education system underwent numerous transformations, mainly in the updating, alignment and didactic transposition in textbooks. However, the development and implementation of the guidelines contained in the document have been subject to criticism. Based on the recognition of the importance of the BNCC, regardless of position, and considering essential that this discussion be expanded, we propose in this article to make a brief retrospective of its conception and implementa-

* Mestra em Educação e Linguagens pelo PPGEL/UNEB; graduada em Letras Vernáculas com Habilitação em Inglês pela UNIME, em Pedagogia pela UNICESUMAR, especialista em Gestão Educacional pela UNIJORGE; graduanda Administração Pública na UNEB, especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Estácio de Sá; professora tutora a distância da UNEAD UNEB da Licenciatura de Educação Inclusiva. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9969526275805456> Email: ravennahernandes@yahoo.com

** Doutora em Letras e Linguística pela UFAL; Graduada em Letras/ Português/Inglês pela PUCRS; especialista em Estudos Avançados em Língua Inglesa pela PUCRS; Mestra em Letras pela PUCRS; Líder do Grupo de Estudos em Educação e Linguagem - GEEL (Diretório Nacional CNPq). Atualmente é professora Plena da Universidade do Estado da Bahia - UNEB no Departamento de Educação - Campus I e no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) do DCH - Campus I. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3037018518459819> Email: vborba@uneb.br

tion, articulation with curriculum policies as well as point out impacts on the planning of the textbook.

Keywords: BNCC; Curriculum policies; PNLD.

Introdução

Com a Base Nacional Comum Curricular, documento de caráter normativo homologado em dezembro de 2017, ocorreu uma grande mudança no paradigma de ensino, principalmente no que diz respeito à língua portuguesa. A proposta inicial desse documento consiste em balizar as competências (gerais e específicas) e habilidades dos alunos de diferentes esferas municipais, estaduais e federais. Isso implica diretamente na (re) elaboração dos currículos dos diferentes segmentos (redes públicas ou privadas de ensino).

A BNCC assume o papel de orientação pedagógica, tendo como finalidade básica direcionar e apresentar caminhos a serem seguidos no ensino, sendo ratificada pela própria LDB nº 9.394/96, o MEC, juntamente com as secretarias e outros órgãos (SOUZA; FERRAZ; COSTA, 2014, p. 2). Segundo Leite (2008), a base contempla a transformação de um saber/conteúdo em objeto de ensino e aprendizagem. Cabe ressaltar que o documento não se compromete com nenhuma teoria especificamente.

Mais especificamente, o componente de Língua Portuguesa, em linhas gerais, busca potencializar o engajamento dos estudantes, a sua voz ativa nos espaços sociais dos quais são parte integrante para o pleno exercício da cidadania, que se refere à participação ativa e consciente dos cidadãos em todos os aspectos da vida política, social e econômica de uma sociedade. Isso pode ser articulado ao que Freire (1996) defende ao dizer que não se deve apresentar para a sociedade uma educação que atenda apenas

aos deveres civis, mas também ao exercício ativo dos direitos e responsabilidades que os cidadãos têm em uma democracia. O exercício pleno da cidadania é vital para o funcionamento saudável de uma sociedade democrática, pois os cidadãos ativos e informados desempenham um papel crucial na formação das políticas públicas e na promoção do bem-estar coletivo.

Por esse viés, a finalidade percebida na BNCC é possibilitar-lhes ampliar suas competências artísticas, corporais e linguísticas que englobam as multissemióticas (escrita, oral, visual-motora, gestual, corporal, imagética, sonora e digital). Nessa direção, o currículo de Língua Portuguesa, por exemplo, está organizado nos eixos de integração que correspondem às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (BRASIL, 2017).

Tendo em vista que, desde o início da elaboração da BNCC, muito tem sido dito tanto do processo de sua elaboração quanto do documento em si, trazemos neste artigo uma breve retrospectiva sobre este caminho, buscando pensar na questão curricular e articulando com o principal material da sala de aula, o livro didático (LD).

A BNCC: fundamentos e críticas

Como é de conhecimento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo do Brasil, que estabelece os conhecimentos, habilidades, competências e objetivos que os estudantes da rede pública e privada devem desenvolver ao longo

da Educação Básica. O objetivo desse documento é o de garantir uma educação de qualidade, equitativa e orientada para a formação integral dos estudantes.

A BNCC foi aprovada em 2017, sendo o resultado de um processo amplo e participativo de discussão envolvendo toda a sociedade: especialistas, educadores, gestores, estudantes, pais e representantes da sociedade civil. É relevante mencionar que os seus princípios já estavam estabelecidos nos documentos oficiais como a Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e em outros documentos legais relacionados à educação. Deste modo, a base é o resultado de um processo de discussão ampla e democrática, que, mesmo assim, recebeu inúmeras críticas e questionamentos quanto à forma de consulta e ao teor democrático. Mas, o que é possível verificar é que foi elaborada por meio de consultas públicas, debates, audiências, e a participação de diversos setores da sociedade, incluindo educadores, especialistas em educação, pais, estudantes e demais interessados.

O processo de construção da BNCC envolveu diferentes etapas, visando garantir a representatividade e a participação de múltiplos pontos de vista. Foram realizadas consultas públicas em que contribuições e sugestões foram coletadas de educadores, gestores, especialistas, e do público em geral. Essas contribuições foram consideradas na elaboração do documento. Além disso, foram criadas comissões, e grupos de trabalho foram estabelecidos, envolvendo especialistas em educação, representantes de diferentes áreas do conhecimento e outros profissionais relacionados ao campo educacional. As audiências públicas foram realizadas em diversas regiões do país para discutir a proposta da BNCC, permitindo a parti-

cipação presencial de diferentes segmentos da sociedade.

A proposta da BNCC passou por revisões e adequações com base nas contribuições recebidas durante o processo de consulta pública, garantindo uma abordagem mais abrangente e inclusiva. O objetivo desse processo democrático foi criar um documento que refletisse as necessidades, os desafios e as aspirações da educação brasileira, promovendo a equidade, qualidade e a participação de todos os envolvidos no sistema educacional, conforme sinalizado no documento. É importante pontuar que há posicionamentos diversos por parte de pesquisadores e professores quanto a todo esse processo de elaboração e implementação da BNCC.

Para o processo de implementação da BNCC foi instituído, segundo o Ministério da Educação, em conformidade com a Portaria MEC nº 331, datada de 5 de abril de 2018, o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), sob a responsabilidade da Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica, dentro do escopo da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica da Educação Básica (COGEB). Esse programa teve como propósito oferecer suporte às secretarias estaduais e municipais de Educação, bem como à Secretaria de Educação do Distrito Federal, durante os processos de revisão, elaboração e implementação dos currículos em conformidade com a BNCC.

As principais metas do ProBNCC foram: auxiliar na implementação efetiva da BNCC, monitorar o alcance das metas pelos estados (que envolve a elaboração de referenciais curriculares alinhados à BNCC), fornecer apoio técnico e recursos financeiros por meio do PAR (Plano de Ações Articuladas) e da concessão de bolsas para a formação

de equipes nos estados e municípios. Essas equipes podem assumir perfis variados, incluindo articuladores de conselho, coordenadores de área, redatores de currículos e coordenadores de currículos.

A BNCC define competências gerais que precisam ser contempladas em todas as etapas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem

entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2017, p. 09-10).

Como podemos verificar, as competências compreendem o desenvolvimento da capacidade de aprender, pensar criticamente, resolver problemas, comunicar-se efetivamente, argumentar, colaborar, compreender o mundo, valorizar a diversidade e exercer a cidadania respeitosa e plena. Assim, o ideal de formação é pautado na ética, na cidadania, na pluralidade cultural, no trabalho, entre outros, que devem ser trabalhados de forma integrada aos conteúdos e habilidades de cada área.

Desde a sua promulgação, o Brasil tem passado pelo processo de implementação, sendo este de responsabilidade de todos os sistemas de ensino, das escolas e dos professores. Esse processo é essencial, pois esse documento deve ser colocado como referência para a elaboração dos currículos escolares e para o planejamento das atividades educacionais, garantindo a coerência e a qualidade da educação em todo o país.

Contudo, é válido mencionar que a BNCC enfrenta críticas e desafios. Isso porque, segundo Branco et al. (2018), o documento pode levar à uniformização excessiva do currículo, limitando a flexibilidade para as escolas adaptarem o ensino às necessidades locais e específicas de seus alunos. Em certa medida, trata-se de um documento demasiadamente prescritivo, uma vez que especifica detalhes demais sobre o que deve ser ensinado, o que pode restringir a criatividade e autonomia dos professores. Ainda, a implementação prática tem sido desafiadora devido à necessidade de adaptação dos sistemas educacionais estaduais e municipais. Há, também, questões logísticas e financeiras envolvidas na atualização de materiais didáticos, treinamento de professores e ajuste dos currículos locais. Outro ponto é a avaliação e o monitoramento efetivos do impacto da BNCC nas práticas educacionais e nos resultados dos alunos, que são desafios significativos. Cabe lembrar que a diversidade cultural, socioeconômica e regional do Brasil é vasta, e adaptar a BNCC para atender às diferentes realidades locais apresenta desafios consideráveis. Desse modo, há necessidade de um acompanhamento contínuo, revisões e adaptações à medida em que a educação evolui e novas demandas surgem.

Em resumo, a BNCC tem como objetivo promover uma educação mais inclusiva, visando, principalmente, ao desenvolvimento

integral dos estudantes, valorizando não apenas o conhecimento acadêmico, mas também as habilidades socioemocionais. No entanto, é importante notar que a BNCC levanta questões que estão atualmente em debate e sendo objeto de estudo, o que a torna suscetível a críticas.

Tendo em vista a nossa área, linguagens, especificamente Língua Portuguesa, as seguintes competências específicas são apontadas:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações

sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.

7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais (BRASIL, 2017, p. 86-87).

O componente de Língua Portuguesa foi elaborado com o objetivo de orientar o ensino dessa área do conhecimento, promovendo o desenvolvimento de todas as dimensões da língua: a leitura/escuta, escrita, oralidade e conhecimento linguístico dos estudantes. Assim, os estudantes devem e precisam desenvolver nessa área todas as competências e habilidades relacionadas à linguagem em diferentes situações comunicativas.

Quando discutimos esses conceitos, é fundamental abordar a Pedagogia das Competências, uma proposta desenvolvida por Philippe Perrenoud (1999). Essa aborda-

gem vem ganhando crescente relevância no âmbito educacional, especialmente em conexão com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela enfatiza a necessidade de preparar os alunos para lidar com os desafios do mundo atual, onde a aplicação prática do conhecimento desempenha um papel crucial.

Entretanto, uma confusão conceitual surge quando se tenta definir claramente a diferença entre habilidade e competência. De acordo com Perrenoud, habilidade se refere à capacidade de mobilizar um conjunto de recursos, conhecimentos, técnicas e atitudes para realizar tarefas específicas. As habilidades são geralmente aprendidas e aprimoradas por meio da prática e do treinamento. Elas são mais específicas e podem ser aplicadas em contextos bem definidos. Por exemplo, a habilidade de resolver escrever um texto dissertativo-argumentativo para um processo seletivo.

Perrenoud (1999) defende a ideia de que a educação deve se concentrar não apenas na transmissão de conhecimento, mas também no desenvolvimento de competências, que envolve a capacidade de mobilizar habilidades, conhecimentos, atitudes e valores de maneira integrada e contextualizada para resolver problemas complexos e enfrentar desafios da vida real. Elas exigem não apenas a capacidade de realizar tarefas específicas, mas também a compreensão do contexto, a tomada de decisões informadas e a reflexão crítica. Em resumo, as competências incluem a capacidade de utilizar habilidades em contextos diversos e adaptar-se a diferentes situações.

Ainda, Perrenoud (1999) enfatiza que a educação contemporânea deve se concentrar não apenas no desenvolvimento de habilidades, mas também na promoção de competências, pois elas capacitam os indi-

vídus a enfrentar desafios complexos e em constante evolução em suas vidas pessoais, acadêmicas e profissionais. Portanto, a distinção entre habilidades e competências é fundamental para orientar abordagens pedagógicas que preparem os alunos para um mundo em constante transformação.

Santos (2019), em sua pesquisa, destaca essa confusão e enfatiza a necessidade de esclarecer esses conceitos no contexto da BNCC. O autor argumenta que a BNCC, muitas vezes, utiliza os termos habilidades e competências de maneira intercambiável, o que pode levar a interpretações equivocadas na prática educacional. Esse problema conceitual pode resultar em abordagens pedagógicas inadequadas, que não conseguem desenvolver adequadamente as competências necessárias para os alunos enfrentarem os desafios complexos do mundo atual.

Vale lembrar que a BNCC, enquanto documento que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio no Brasil é fruto das ações da política de currículo instituído no país, que se refere às diretrizes, normas e práticas adotadas para a elaboração e implementação dos currículos escolares, incluindo a forma como o a base é incorporada nas escolas e sistemas de ensino.

No contexto brasileiro, a política de currículo, portanto, envolve a articulação entre o que é estabelecido na BNCC e as práticas pedagógicas efetivamente adotadas nas escolas. Isso inclui decisões sobre carga horária, métodos de ensino, avaliação do aprendizado, entre outros aspectos do processo educacional. A implementação da BNCC e a definição da política de currículo são desafios constantes para o sistema educacional brasileiro, exigindo o envolvimento de diferentes atores, como gestores públicos,

professores, especialistas em educação e comunidade escolar como um todo. Diante desse contexto, é importante conhecer e compreender a trajetória da política de currículo no Brasil de forma que se possa, assim, ter uma visão mais ampla dos processos e concepções envolvidos na trajetória educacional brasileira que levaram à BNCC.

Política de Currículo no Brasil

A política de currículo no Brasil reflete uma trajetória marcada por transformações significativas ao longo do tempo, moldadas por fatores sociais, pedagógicos, ideológicos, culturais e políticos. A evolução desse cenário revela as complexidades e desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro.

Na década de 1930, o Brasil vivenciou reformas educacionais notáveis, destacando-se a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública. Esse período também testemunhou a influência das ideias da Escola Nova, que preconizava métodos pedagógicos mais ativos e centrados no aluno. Segundo Romanelli (1999), nesse período o país passou por importantes transformações no cenário político e social que também se refletiram na área educacional, como por exemplo, com a ascensão de Getúlio Vargas, inaugurando o governo conhecido como “Era Vargas”. Algumas mudanças significativas na política de currículo durante essa década incluíram a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930): Uma das primeiras ações do governo de Getúlio Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930. A intenção era unificar as políticas relacionadas à educação e à saúde.

O governo Vargas implementou reformas no sistema educacional, buscando modernizar e centralizar as políticas. Houve uma influência marcante das ideias da Escola

Nova, um movimento pedagógico que preconizava métodos mais dinâmicos e participativos. Em 1931 foi promulgado o Decreto nº 19.890, que tornou o ensino secundário obrigatório. Isso representou um esforço para expandir o acesso à educação, mas também gerou desafios, especialmente relacionados à infraestrutura e à capacitação de professores. Em 1934 foi promulgado o Código de Educação, consolidando várias disposições legais sobre o sistema educacional brasileiro. Esse código estabeleceu as bases para a organização e funcionamento das instituições de ensino. Essas mudanças na política de currículo refletiram uma tentativa de modernização e organização do sistema educacional brasileiro durante a década de 1930. O governo buscava estabelecer bases sólidas para o desenvolvimento da educação no país, enfrentando os desafios da época (ROMANELLI, 1999).

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por transformações significativas na política educacional, em meio a um contexto de mudanças sociais e políticas. Segundo Nunes (1999), durante a era do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas consolidou seu poder, adotando uma abordagem intervencionista em vários setores, incluindo a educação. A Constituição de 1937, sob esse prisma, estabeleceu a necessidade de uma educação voltada para os interesses nacionais e para a formação da juventude. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, foram criados o SENAI e o SENAC para atender às demandas de formação profissional nas áreas industrial e comercial, respectivamente. Essas instituições desempenharam um papel importante na formação técnica e profissional.

Outro ganho foi a criação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), que em linhas gerais estabeleceu as bases para a organi-

zação do ensino industrial no país, buscando adequar a formação técnica às necessidades da indústria brasileira. Ainda nesse ano, segundo Bomeny (2000), ocorreram as reformas de Capanema, quando o Ministro da Educação Gustavo Capanema liderou mudanças educacionais abrangentes que incluíram mudanças curriculares, visando a integração nacional e o fortalecimento da identidade cultural brasileira. O período foi marcado pela valorização do ensino primário e pela ênfase em disciplinas como História e Geografia do Brasil. Essas iniciativas moldaram a política de currículo durante as décadas de 1940 e 1950, refletindo esforços para fortalecer a educação nacional, proporcionar formação técnica e profissional e construir uma identidade cultural brasileira mais sólida.

Durante as décadas de 1960 a 1980, o país passou por um regime militar que implementou mudanças na educação alinhadas aos seus objetivos políticos e econômicos, que tiveram impacto direto nas políticas de currículo. Nesse período, as políticas educacionais foram moldadas de acordo com os interesses e ideologias do governo militar. Cabe lembrar que antes do regime militar, em 1961, foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ela estabelecia princípios gerais para a educação, mas foi modificada em 1971 durante o regime militar.

Durante o governo militar, em 1971, ocorreu uma significativa reforma na educação. A LDB foi novamente alterada, centralizando o sistema educacional e enfatizando a padronização curricular em todo o país. Houve uma ênfase particular na formação de mão de obra técnica e científica para atender às demandas do desenvolvimento econômico. A Lei 5.692/71 foi uma legislação importante nesse contexto. Ela estabele-

leceu as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (ensino fundamental e médio), destacando a formação profissionalizante e técnica (PAES, 1991).

Na década de 70, houve a implementação do Currículo Mínimo Nacional (1975). Segundo Oliven (2002), foi estabelecido para garantir a uniformidade do ensino em todo o país. No entanto, essa padronização foi criticada por limitar a diversidade cultural e regional.

[...] na prática, essa lei reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Em termos organizacionais, deixou ilesas a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas e a universidade composta por simples justaposição de escolas profissionais; além disso, manteve maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa. Ao conceder expressiva autoridade ao Conselho Federal de Educação, com poder para autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o Currículo Mínimo de cada curso superior, a nova Lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior (OLIVEN, 2002, p. 32).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 estabeleceu os fundamentos do sistema educacional, mas foi revisada em 1971 sob o governo militar. Ela estabelece as diretrizes para a educação no Brasil. Cabe lembrar que a LDB passou por várias alterações ao longo dos anos, e sua versão mais recente é a Lei nº 9.394/96, promulgada em 1996. Ela delinea os princípios e as normas para a educação em todos os níveis, desde a educação básica até o ensino superior.

No contexto da política de currículo, a LDB desempenha um papel crucial, pois estabelece as diretrizes gerais para a elaboração e implementação dos currículos escolares em todas as etapas da educação básica

(educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Algumas questões importantes relacionadas à política de currículo e à LDB incluem em seu Artigo 26, a importância da flexibilidade curricular. Isso significa que as escolas têm certa autonomia para definir parte de seus currículos, adaptando-os às características regionais, locais e às necessidades dos alunos (BRASIL, 1996).

A LDB estabelece a Base Nacional Comum como uma parte obrigatória do currículo, que deve ser seguida por todas as escolas do país. Essa Base define os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos brasileiros têm o direito de desenvolver ao longo da educação básica. Em resumo, a política de currículo no Brasil é fortemente influenciada pela LDB, que busca equilibrar a necessidade de uma base comum para todos os estudantes com a autonomia das escolas na definição de parte de seus currículos. Essa legislação reflete princípios de flexibilidade, diversidade e inclusão no âmbito educacional brasileiro (BRASIL, 1996).

A década de 1990 marcou um período de importantes transformações após o fim do regime militar, assumindo o ideal neoliberal na sala de aula. A promulgação da nova Constituição em 1988 proporcionou uma base legal sólida para a educação. Em 1996, a LDB foi novamente revisada, introduzindo alterações no currículo e concedendo maior autonomia às escolas. Cossio (2014, p. 1575) afirma que:

O ideário neoliberal assumido desde os anos 1990 no Brasil, com especificidades próprias, contou com a influência direta dos organismos internacionais, com destaque ao Banco Mundial (BM), que prescreveu em seus documentos orientadores das políticas: mais competitividade, abertura de mercados, concorrência, eficiência, eficácia, qualidade, produtividade. As reformas educacio-

nais também deveriam acompanhar a lógica produtivista, com ênfase na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental como fatores essenciais ao desenvolvimento do país, podendo ser traduzidas por ampliação e exploração do uso da mão-de-obra.

No início do século XXI, políticas como o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) foram implementadas, visando aprimorar a qualidade da educação básica. O debate sobre diversidade cultural e étnica no currículo escolar ganhou destaque, refletindo a busca por uma educação mais inclusiva.

Na década de 2010, iniciativas foram lançadas com o objetivo de universalizar o acesso à educação básica e melhorar sua qualidade. Houve uma ênfase crescente nas competências e habilidades no currículo, alinhando a educação às demandas do mercado de trabalho. Dentre os avanços, a criação do Plano Nacional de Educação, estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, delineou metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país ao longo de 10 anos. O PNE abordou questões como a universalização do acesso à educação básica, melhoria na qualidade do ensino, aumento do investimento em educação, entre outros aspectos.

Mais recente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi aprovada em 2017 e representa um esforço para estabelecer diretrizes educacionais comuns para todas as escolas do país. Ela define as competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica. A BNCC busca garantir uma base curricular nacional, mantendo espaço para a diversidade regional e local (BRASIL, 2017).

A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), implementada pela Lei nº 13.415/2017, trouxe mudanças significa-

tivas na estrutura curricular dessa etapa de ensino. Embora bastante criticada, ela introduziu a flexibilização curricular, permitindo que os estudantes escolham parte de suas disciplinas com base em itinerários formativos, como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. A abordagem por competências e habilidades tornou-se uma característica central na política de currículo. As reformas educacionais destacam a importância de ir além do mero acúmulo de conhecimento, enfatizando a capacidade dos estudantes de aplicarem o que aprenderam em situações práticas (BRASIL, 2017).

A implementação efetiva dessas políticas enfrentou desafios, como a garantia de infraestrutura adequada nas escolas, formação de professores para lidar com as mudanças propostas, e a adaptação das instituições de ensino às novas diretrizes. É importante observar que as políticas educacionais no Brasil podem evoluir ao longo do tempo, e o contexto político, econômico e social influencia na implementação e no impacto dessas políticas de currículo. Nesse contexto, é crucial ressaltar que a política de currículo no Brasil está em constante evolução e é muito debatida entre estudiosos da área, não apresentando, em geral, um consenso entre pesquisadores da área e políticas de currículo implementadas. Os debates sobre aprimoramento da qualidade educativa, equidade e preparação dos estudantes para os desafios contemporâneos continuam a ocupar lugar central na agenda educacional do país.

As políticas de currículo, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), implicaram mudanças significativas no contexto educacional, não sendo diferente com os livros didáticos, que, por sua vez, devem estar ali-

nhados com as diretrizes estabelecidas pela base. Isso significa que os conteúdos, competências e habilidades devem ser contemplados nos livros didáticos utilizados nas escolas.

BNCC e o livro didático

O Programa Nacional do Livro Didático tem o objetivo prover livros didáticos de qualidade para as escolas públicas do Brasil. Ele é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sua funcionalidade se dá por meio de ciclos, assim, os livros didáticos são renovados para atender as novas demandas, diretrizes, normas e orientações.

Segundo Batista (2001), o PNLD no Brasil tem uma história longa e significativa, datando de várias décadas. Durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, surgiram iniciativas para a produção e distribuição de livros didáticos no Brasil. O período pós-Segunda Guerra Mundial (década de 1950) foi marcado por esforços para organizar a produção e distribuição de livros didáticos em nível nacional.

Em 1964, foi criado o Centro de Altos Estudos do Conselho Federal de Educação, responsável por coordenar a elaboração de livros didáticos. Contudo, o PNLD foi instituído formalmente em 1971 pelo Decreto-Lei nº 869, com o objetivo de regular a produção e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas. Durante a década de 1980, o PNLD passou por ajustes e mudanças para melhorar a qualidade dos livros e o processo de seleção. Na Década de 1990, o programa passou por uma reestruturação significativa, com a criação do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e a implementação de novos critérios de avaliação (BATISTA, 2001).

Nos anos 2000 – 2010, continuou a se expandir, incluindo a distribuição de livros literários, obras em braille e materiais complementares. A informatização do processo de seleção foi introduzida para aumentar a eficiência e transparência. O programa foi ajustado para atender aos requisitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de 2017. Outra questão foi a digitalização dos materiais didáticos e a oferta de livros digitais tornaram-se parte integrante do PNLD (BATISTA, 2001).

O programa seleciona, avalia e distribui os livros didáticos para as escolas públicas de todo o país. Sua importância incide em apresentar aos estudantes, principalmente da rede pública, obras atualizadas e alinhadas com as diretrizes curriculares atuais. O LD é disponibilizado de forma gratuita, mas, antes, passa por uma seleção realizada por meio de um processo de avaliação realizado por comissões específicas, formadas por especialistas nas respectivas áreas do conhecimento. Os livros precisam atender aos critérios estabelecidos, como a adequação ao currículo, a qualidade do conteúdo, a abordagem pedagógica e outros. É importante ressaltar que o PNLD é um programa em constante evolução e pode sofrer atualizações e ajustes em suas diretrizes e processos ao longo do tempo.

Segundo Batista (2001), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil desempenha um papel crucial na oferta de materiais educacionais para as escolas públicas. Dentre os desafios: atualização e relevância, ou seja, manter os livros didáticos atualizados e relevantes em relação aos avanços no conhecimento e às mudanças nas diretrizes educacionais, um desafio constante. Outro ponto é a entrega eficiente dos livros didáticos para todas as escolas, especialmente em áreas remotas, podendo enfrentar desafios

logísticos, resultando em atrasos na disponibilidade dos materiais. Além disso, a qualidade do Conteúdo: Garantir que o conteúdo das obras seja preciso, imparcial, livre de estereótipos e atenda às necessidades educacionais dos estudantes é um desafio contínuo. Kanashiro (2008) pontua que outro desafio é a adaptação à diversidade regional, uma vez que o Brasil é um país vasto e diverso, com diferentes realidades culturais e socioeconômicas. Adaptar os livros para refletir essa diversidade pode ser complexo.

Não se pode negar os avanços que o programa apresentou. Sobre isso, Cassiano (2007) afirma que ele tem sido fundamental para garantir que estudantes de escolas públicas em todo o país tenham acesso a materiais didáticos essenciais. O programa inclui processos de avaliação rigorosos para selecionar livros didáticos de qualidade, envolvendo comitês de especialistas e educadores.

Ainda assim, o programa é alvo de críticas, como a desatualização e obsolescência, pois os livros didáticos, mesmo após passarem pelo processo de seleção, podem tornar-se desatualizados rapidamente devido ao dinamismo do conhecimento. Para Batista, Rojo e Zúñiga (2005), por muito tempo, algumas obras foram alvos de críticas devido a potenciais vieses ideológico, cultural ou histórico, levando a debates sobre a representatividade e a imparcialidade. Outra questão é a sobrecarga de conteúdo nos livros didáticos, vista como um problema, prejudicando a profundidade do aprendizado em prol da cobertura de uma ampla gama de tópicos. Em alguns casos, há críticas à falta de envolvimento efetivo dos professores no processo de seleção e avaliação de livros didáticos.

Nos últimos anos, houve uma tendência crescente de incorporação de recursos digi-

tais nos materiais didáticos oferecidos pelo PNLD. Isso inclui a disponibilização de versões digitais de livros didáticos, bem como o desenvolvimento de materiais educacionais interativos. Isso advém, principalmente, do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim, o programa tem passado por adaptações para garantir que as obras estejam alinhadas com os objetivos e competências estabelecidos da base.

Além dos tradicionais livros impressos, o PNLD tem expandido sua oferta para incluir diferentes componentes, como livros digitais, materiais complementares, jogos educativos e recursos multimídia. Além disso, o processo de seleção de livros didáticos envolve comitês de especialistas e educadores, garantindo uma avaliação rigorosa da qualidade e relevância dos materiais.

O Edital de convocação 01/2017 para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2019 pontua que:

Das Características das Obras: 2.1.3 Cada obra didática será apresentada em volume único direcionado ao professor. 2.1.4 As obras serão compostas por livro impresso e material digital. 2.1.4.1 O material digital com conteúdo complementar será composto pelos seguintes materiais, conforme especificações do Anexo III: Materiais Gráficos, Materiais Lúdicos e Materiais de Avaliação. 2.1.4.2 O material digital com conteúdo complementar, especificado no Anexo III, deverá ser disponibilizado em licença aberta do tipo Creative Commons - Atribuição não comercial (CC BY NC). 2.1.4.3 O material digital será distribuído em suporte físico, conforme especificações técnicas do Anexo II, e poderá ser ofertado em plataforma pública do Ministério da Educação. 2.1.4.4 O material digital será submetido às regras de avaliação deste edital, condicionando a aprovação da obra (BRASIL, 2019, p. 04).

Os livros passam por uma avaliação pedagógica a partir dos seguintes itens:

9.1 A avaliação pedagógica das obras didáticas será realizada de acordo com o Decreto nº 9.099/2017, orientações e diretrizes estabelecidas pelo MEC e com base em critérios comuns e específicos constantes no Anexo III deste edital. 9.2 No caso dos materiais digitais, a avaliação alcançará seus conteúdos conforme estabelecido nos itens 2.1.4.1 e 2.2.4.1 e especificado no Anexo III, sendo que a conformidade do design e a navegabilidade serão verificadas na análise de atributos físicos, conforme Anexo II e VIII. 9.3 As obras (livro impresso e material digital) validadas serão avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos neste edital e receberão pareceres elaborados pelas equipes técnicas que indicarão: 9.3.1 A aprovação; 9.3.2 A aprovação condicionada à correção de falhas pontuais, conforme disposto no Decreto nº 9.099/2017, ou 9.3.3 A reprovação. 9.4 Serão consideradas falhas pontuais as não repetitivas ou constantes que possam ser corrigidas com simples indicação da ação de troca a ser efetuada pelo titular de direitos autorais. 9.5 Não serão consideradas falhas pontuais: 9.5.1 erros conceituais; 9.5.2 erros gramaticais recorrentes; 9.5.3 necessidade de revisão global do material; 9.5.4 necessidade de correção de unidades ou capítulos; 9.5.5 necessidade de adequação de exercícios ou atividades dirigidas; 9.5.6 supressão ou substituição de trechos extensos; e 9.5.7 outras falhas que ocorram de forma contínua no material didático. 9.6 A existência de quantidade de falhas pontuais na obra em número superior ao equivalente a 10% (dez por cento) do total de páginas da obra configurará a sua reprovação. 9.7 Da Correção de Falhas Pontuais na Avaliação Pedagógica (BRASIL, 2019, p.08).

A escolha das obras didáticas é embasada na análise das informações contidas no Guia de Livros Didáticos, que traz as resenhas das obras aprovadas, os critérios que nortearam a avaliação pedagógica, justamente para subsidiar a escolha pelos professores das escolas participantes do PNLD 2019.

O PNLD tem avançado na promoção do acesso à educação, mas enfrenta desafios persistentes relacionados à qualidade, representatividade e adaptação a diversas realidades. O constante aprimoramento do programa e a consideração das críticas são fundamentais para garantir que os livros didáticos atendam às necessidades educacionais do Brasil. O programa é uma ferramenta essencial para a implementação da BNCC nas escolas brasileiras. Isso ocorre porque os livros didáticos distribuídos pelo programa devem estar alinhados com as diretrizes estabelecidas pela base. Portanto, os livros didáticos devem contemplar os conteúdos, competências e habilidades previstos para essa etapa de ensino.

O papel do LD é contemplar de maneira significativa a transposição didática dos conteúdos, que por sua vez refere-se ao processo de adaptação dos conhecimentos científicos para o contexto escolar, tornando-os acessíveis e compreensíveis para os alunos. Nos livros a transposição didática é essencial para garantir que os conteúdos estejam adequados ao nível de desenvolvimento cognitivo dos estudantes, devendo estar alinhados tanto com a BNCC quanto com as diretrizes do PNLD. Em outras palavras, após a elaboração da BNCC, os materiais didáticos passaram por processos de revisão e atualização para garantir que estejam em conformidade com as novas diretrizes. Isso envolveu a adequação dos conteúdos, metodologias de ensino e atividades propostas nos livros didáticos de acordo com o que é estabelecido na BNCC.

No ensino de língua portuguesa, isso significa que os livros devem apresentar atividades de forma a promover a formação de leitores e escritores competentes, capazes de compreender e interpretar diferentes tipos de textos, além de estimular o desenvol-

vimento de habilidades como a análise crítica e a produção textual assim como a análise e produção de gêneros orais.

Considerações

Tendo em vista o exposto, consideramos, mesmo diante de críticas quanto à elaboração e implementação da BNCC, que é importante o seu reconhecimento enquanto política pública de currículo, uma vez que é um documento de caráter normativo em que:

[...] o poder público apresenta o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A proposta é que estes tenham seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados. O documento serve de referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares, caracterizando-se, assim, como política nacional da Educação Básica (BRASIL, 2017).” (BRANDÃO, p. 16-17).

A trajetória das políticas de currículo até chegar na BNCC trouxe mudanças significativas que ecoaram, principalmente, nos livros didáticos, que devem estar alinhados com as diretrizes estabelecidas pela base, ou seja, os conteúdos, competências e habilidades devem ser contemplados nos LD, que são os principais materiais de apoio na sala de aula, sendo, às vezes, os únicos em muitas localidades do Brasil.

Assim, é fundamental que o material didático seja elaborado em conformidade com essas diretrizes para auxiliar na meta de o país atingir uma educação de qualidade e coerente com os objetivos educacionais que almeja. Isso posto, pensando na nossa área de linguagens, podemos dizer que, em língua portuguesa, as relações entre o PNLD e a BNCC têm como foco o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, oralidade e análise linguística por meio da trans-

posição didática dos conteúdos nos livros, sendo o alinhamento entre esses elementos essencial para a promoção de uma educação de qualidade, que atenda às necessidades e especificidades dessa etapa de ensino.

Referências

BATISTA, A. G.; ROJO, R.; ZÚÑIGA, N. C. Produzindo livros didáticos em tempos de mudança (1999-2002). In: VAL, M. G. C.; MARCUSCHI, B. (Orgs.). **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra B. de Godoi; IWASSE, Lilian F. Alegância; ZANATTA, Shalimar Calegari. Uma visão crítica sobre a implantação da base nacional comum curricular em consonância com a reforma do ensino médio. **Revista Debates em Educação**. v. 10, n. 21, p. 47-70. maio/ago. 2018.

BRANDÃO, Diego R. **O eixo da produção de textos e o texto como unidade de trabalho na BNCC e o seu desdobramento no DCRB e no DCRDD**. 2022. 128f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**, Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> Acesso em: 10 jul 2021.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL, 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. De 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 10 jul. 2021.

BOMENY, Helena Maria Bousquet Bomeny. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: PUC-SP, 2007.

CÓSSIO, M. de. F. **Base Comum Nacional**: uma discussão para além do currículo. Revista eCurriculum, São Paulo, v. 12, n. 03, out./dez. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro didático de geografia**: PNLD, materialidade e uso na sala de aula. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2008.

LEITE, M. S. **Recontextualização e Transposição Didática**: Introdução à Leitura de Basil Bernstein e Yves Chevallard. São Paulo: Junqueira & Marin, 2008.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. São Cristóvão (SE): Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A.

(Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002.

PAES, M. H. S. **A década de 60**: rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Editora Ática, 1991.

PERRENOUD, PH. (1995). **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto Editora (trad. em português de Métier d'élève et sens du travail scolaire. Paris : ESF, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

SANTOS, Marcos Bispo dos Santos. Didática da língua e linguística aplicada: duas perspectivas de construção de objetos de ensino. **Fórum Linguístico**. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4229/42437> Acesso em: 10 jul. 2023.

SOUZA, José Wellisten Abreu; FERRAZ, Monica Mano Trindade; COSTA, Thomaz Mariano Correia da. **A significação nos documentos parametrizadores nacionais**: relação entre teorias e a prática nos livros didáticos. João Pessoa, PB: UFPB, 2014.

Recebido em: 23/04/2024

Aprovado em: 25/05/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.